

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA: MATERIALIDADES E MEMÓRIAS DA CASA DAS ONZE JANELAS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR EM BELÉM/PA

Beatriz Damasceno Baltazar Lino
Graduada em Ciências Sociais pela UFPA
Belém, PA
beatrizbaltazar1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6942-6788>

Marcela Nogueira de Andrade
Doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Docente da Pós-Graduação em
Antropologia/UFPA Belém, PA
mna@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0001-9925-8842>

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar dentro do campo de estudo da arqueologia histórica a Casa das Onze Janelas, em Belém (PA), como espaço de repressão e resistência no contexto da ditadura militar (1964-1985). Neste período, o prédio para além das funções militares servia como espaço de aprisionamento de indivíduos com pensamentos e ideais contrários ao regime ditatorial. A partir disso, buscamos identificar os espaços onde os sujeitos ficaram presos, as repressões sofridas e as resistências vividas. Analisamos esse contexto pela arqueologia da repressão e da resistência, e pelas memórias obtidas por meio de narrativas dos indivíduos em livros, artigos e em entrevista realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da repressão e da resistência; Memória; Casa das Onze Janelas; Ditadura militar; Belém.

Artigo recebido em: 27/02/2023.

Artigo aceito em: 06/07/2023.





ABSTRACT

The objective of this research is to analyze, within the field of study of historical archeology, Casa das Onze Janelas, in Belém (PA), as a space of repression and resistance in the context of the military dictatorship (1964-1985). In this period, the building, in addition to military functions, served as a space for the imprisonment of individuals with thoughts and ideals contrary to the dictatorial regime. From this, we seek to identify the spaces where the subjects were trapped, the repressions suffered and the resistance experienced. We analyzed this context through the archeology of repression and resistance, and through the memories obtained in books, articles and in interview.

KEYWORDS: Archeology of repression and resistance; Memory; Casa das Onze Janelas; Military dictatorship; Belém.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar, en el campo de estudio de la arqueología histórica, la Casa das Onze Janelas, en Belém (PA), como espacio de represión y resistencia en el contexto de la dictadura militar (1964-1985). En este período, el edificio, además de funciones militares, sirvió como espacio de encarcelamiento de individuos con pensamientos e ideales contrarios al régimen dictatorial. A partir de ello, buscamos identificar los espacios donde los sujetos fueron atrapados, las represiones sufridas y las resistencias vividas. Analizamos este contexto a través de la arqueología de la represión y la resistencia y de las memorias obtenidas en libros, artículos y en entrevista.

PALABRAS CLAVE: Arqueología de la represión y la resistencia; Memoria; Casa das Onze Janelas; Dictadura militar; Belém.



Introdução

O Espaço Cultural Casa das Onze Janelas está localizado na cidade de Belém, estado do Pará. O prédio foi construído no século XVIII com função de moradia e hoje abriga um dos museus dedicado à arte moderna e contemporânea e um restaurante gastronômico chamado Casa do Saulo das Onze Janelas. O prédio é referência turística de Belém devido ao projeto arquitetônico e por estar inserido no centro histórico da cidade, onde surgiram os primeiros povoados portugueses. Há aproximadamente 20 anos passou por uma mudança espacial e funcional, parte de um projeto de reforma chamado Feliz Lusitânia que abriga também outros espaços.

Durante o período da ditadura militar o prédio da Casa das Onze Janelas abrigou a 5ª Companhia de Guarda do Exército que serviu nesse contexto de prisão, além de outras funcionalidades, e foi responsável por manter presos políticos que eram contrários ao regime ditatorial. Relatos de estudantes da Universidade do Pará denunciam como foi a vivência na cidade durante a ditadura, onde podemos observar algumas experiências na Casa das Onze Janelas (NUNES et al, 2004).

Pelo viés da arqueologia histórica, o objetivo do trabalho foi analisar a materialidade, como a arquitetura, objetos, e as narrativas encontradas em livros, artigos e multimídias, e em uma entrevista realizada, para a compreensão das vivências, do controle, da repressão e da resistência na Casa das Onze Janelas durante a Ditadura Militar. A investigação está fundamentada por meio de referenciais teóricos da arqueologia da repressão e da resistência e de memória. Foram analisadas as plantas do espaço para compreender as modificações espaciais e a identificação dos espaços de repressão. Com relação à pesquisa de campo foram realizadas três visitas ao local e uma entrevista semiestruturada com um preso político.

Arqueologia da Repressão e Resistência

O termo Arqueologia da repressão e resistência foi utilizado pela primeira vez em 2006 em publicação de Funari e Zarankin (SOUSA, 2015). Esse campo de estudo “se destina a realizar pesquisas e investigações sobre a materialidade da violência sofrida por grupos vulneráveis em determinado momento do passado recente ou mais distante; ou mesmo sobre a materialidade da resistência oferecida por esse grupo a tal violência” (SOARES; FUNARI, 2014, p. 13). Essa categoria diz respeito, ainda, às pesquisas arqueológicas voltadas para não apenas denunciar o



período marcado por violências, torturas, repressão e resistências, mas para também contribuir com incentivo às pesquisas organizando o trabalho de diversos arqueólogos com objetivo de resgatar as histórias suprimidas pelo Estado (SOUSA, 2015).

Esse campo da arqueologia surge com a intenção de dar voz aos indivíduos silenciados não somente pelo Estado, mas também pela própria história, estudando a relação entre os atores opositores e os atores reprimidos e as suas formas de resistir perante o poder governamental. Os estudos dessa área se aprofundam em analisar a relação entre a repressão causada pelos colonizadores e as formas de resistência de indígenas e/ou negros no período da colonização; a relação de opressão causada pelos militares e a resistência dos chamados subversivos; dentre outras relações que compõem essas divergências que provocaram muitas violências e que de alguma forma feriram os direitos humanos da sociedade (FUNARI et al, 2008).

Um desses períodos de estudo refere-se aos governos ditatoriais que após a “Era das ditaduras”, intitulada assim por Funari et al (2008) devido ao período ditatorial se alastrar por diversos países, vários arqueólogos se propuseram a investigar as relações de opressão e violências causadas pelo Estado aos indivíduos.

Segundo Funari e Zarankin (2021, p. 119) “a cultura material referente às ditaduras e à resistência relaciona-se com o que se mostra e o que se oculta, ao que se pode saber ou não”, nesse sentido a arqueologia pode servir como um meio para obter informações e denunciar prisões clandestinas, desaparecimentos, assassinatos, etc. e se torna uma ciência essencial para a busca de novas informações desse período.

Com esse olhar é possível analisar as construções, as mudanças e as adaptações realizadas para controlar e manter os presos, além de permitir correlacionar os relatos dos indivíduos que foram levados aos centros de detenção com as plantas do local, como por exemplo: a localização das celas onde os presos eram mantidos, possíveis espaços de tortura, ambiente em que realizavam suas necessidades, alimentação, dentre outros que contribuem para a análise arqueológica com objetivo de resgatar as memórias desses lugares. Por esse viés, as edificações são analisadas como elementos ativos, como produtos culturais que se inter-relacionam dinamicamente com o indivíduo (ZARANKIN, 1999).

Devido às demasiadas estratégias utilizadas pelo Estado em ocultar e/ou destruir documentos, censurar mídias sociais que divulgassem sobre as violações do Estado, a memória das pessoas que vivenciaram se torna de grande relevância para denunciar as violências e abusos. Também contribui para a compreensão dos padrões de prisão, tortura e nas buscas de corpos e dos espaços, sejam eles clandestinos ou não.



Segundo Baretta (2014, p. 78) “as memórias são construídas cotidianamente pelas pessoas no presente (sobre algo do passado) de acordo com a necessidade daquilo que se quer dizer, com contexto e com o propósito pelo qual está sendo lembrada”, por isso a contribuição dos sujeitos que vivenciaram a repressão a partir de relatos, memórias é de grande relevância para compor a história. Ademais, Michael Pollak parte dos conceitos de Halbwachs que toma a memória coletiva comum capaz de “reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de ‘comunidade afetiva” (POLLAK, 1989, p. 3). Nesse sentido as memórias coletivas em conjunto com as memórias individuais podem gerar um sentimento de pertencimento (POLLAK, 1989). Dessa forma, as memórias dos indivíduos que foram mantidos presos, torturados, dentre outras formas de repressão, podem colaborar com a construção de uma nova história ou da história não contada.

Tornando visível o ocultado: a identificação dos espaços

A Casa das Onze Janelas¹ foi construída, entre aproximadamente 1754 e 1768, inicialmente como espaço que viria a servir de residência aos fins de semana a Domingos Bacelar, proprietário de um engenho de açúcar no contexto referente ao período colonial na cidade. Posteriormente, a casa é solicitada pelo governador da época, Ataíde Teive, para servir de Hospital Militar. A partir deste momento, a readaptação do prédio é realizada pelo arquiteto Antonio Landi, dos quais os desenhos foram conservados, mas com possibilidade de alguma alteração, e logo passou a se chamar Hospital Real (DERENJI; DERENJI, 2009).

O hospital foi desativado em 1870, porém continuou servindo ao exército militar do estado abrigando em algum momento a 5ª Companhia de Guarda. Serviu de subsistência para o exército até 2000, período em que houve muitas intervenções na edificação. A partir de então, passou pelo projeto de revitalização Feliz Lusitânia.

A edificação foi transformada em um espaço destinado à cultura, lazer e turismo, contando com salas de exposições de artes contemporânea e moderna. Além de contar com três espaços de exposição de artes (um no primeiro andar “Sala Ruy Meira” e dois no segundo andar “Sala Gratuliano Bibas” e “Sala Valdir Sarubbi”), conta também com um laboratório de artes e um restaurante gastronômico.

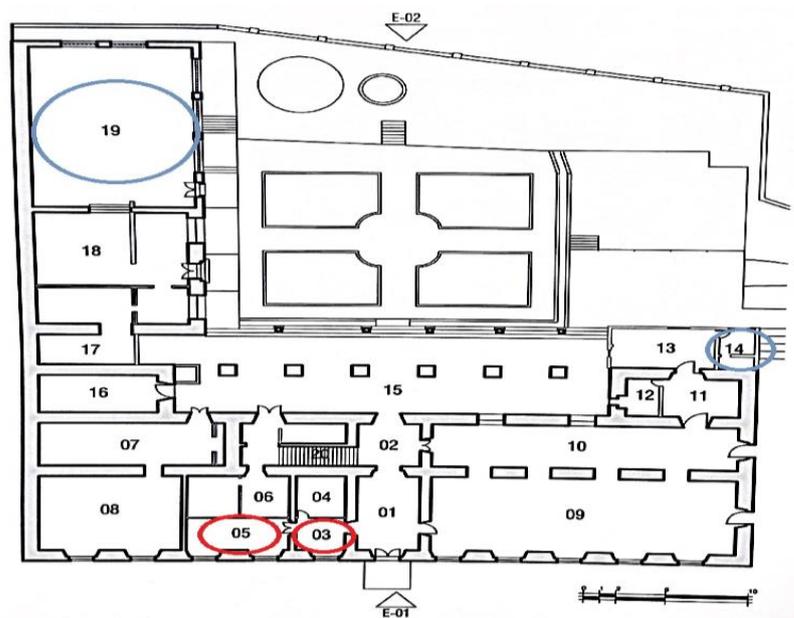
¹ Segundo informações obtidas na Casa das Onze Janelas e no site da Prefeitura de Belém: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=343>



Visitando o atual prédio percebe-se a ausência de informações a respeito do período da ditadura militar. Na planta analisada do espaço também não há identificação de celas, pois não se tratava de um espaço prisional, foi adaptado durante esse período. João de Jesus Paes Loureiro², estudante à época do curso de Direito, informa sobre o impasse em ser levado pela 5ª Companhia de Guardas para Casa das Onze Janelas após sua 1ª prisão, pois não era um ambiente adaptado para presos civis. E isto também se confirma com as narrativas de Pedro Galvão de Lima (NUNES et al, 2004) e de José Seráfico (FONTES, 2015), também estudantes do curso de Direito da Universidade do Pará.

Segundo dados obtidos em Fernandes (2006), as plantas identificadas referem-se ao antigo hospital militar antes da intervenção do projeto Feliz Lusitânia. O prédio é composto por dois andares, com um espaço aos fundos ao ar livre, como pode ser visto nas figuras 1 e 2.

Figura 1: Planta do Pavimento Térreo. Círculos em vermelho possíveis celas (números 03 e 05) e círculos em azuis possíveis banheiro e refeitório, respectivamente, números 14 e 19.

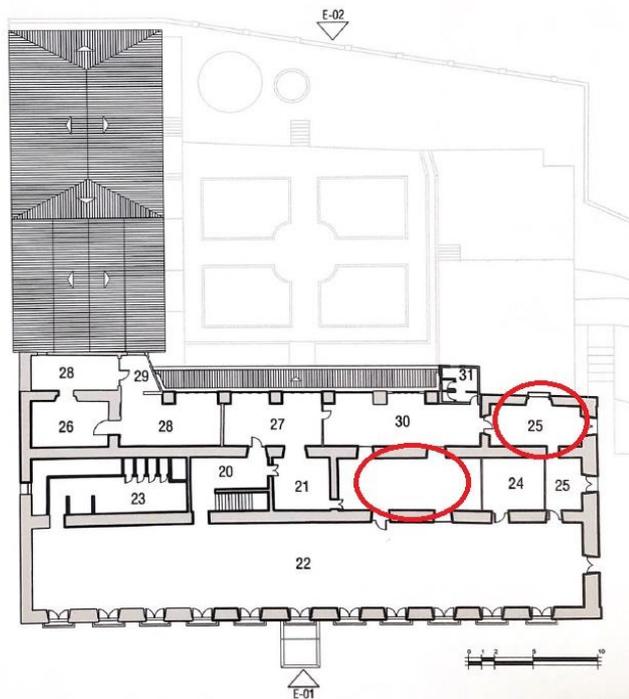


Fonte: Fernandes (2006).

² Entrevista realizada em 04 de outubro de 2022. João Jesus de Paes Loureiro é professor da Universidade Federal do Pará, escritor, poeta e ensaísta.



Figura 2: Planta do Pavimento Superior. Círculos em vermelho possíveis celas.



Fonte: Fernandes (2006).

A partir das narrativas encontradas em Cunha e Silveira (2009), Nunes et al. (2004), entrevistas publicadas no repositório da UFPA, bem como na entrevista realizada com João de Jesus Paes Loureiro localizamos alguns espaços característicos do prédio durante a ditadura militar. Por exemplo, na figura 1, os compartimentos de números 03 e 05, circulado em vermelho, seriam as possíveis celas identificadas de Paes Loureiro, Pedro Galvão, Rui Barata, Aluizio, dentre outros presos. Na mesma figura 1 também estão circulado em azul o compartimento 19 representando o refeitório e o compartimento 14 representando o banheiro citado por Pedro Galvão em seu livro. Já na figura 2, o compartimento 25 representa uma segunda cela de Pedro Galvão e abaixo mais para a esquerda, sem identificação, seria a cela de José Seráfico. Pedro Galvão, em seu livro, conta um pouco sobre seu primeiro dia na 5ª Companhia:

Fui jogado na masmorra, e a porta se fechou atrás de mim com um clanc. Era a porta da cela da Quinta Companhia, com um postigo no alto e mais de duzentos anos no costado de acapu. A mesma primeira porta à esquerda de quem entra na Casa das Onze Janelas, só que hoje é de um elegante vidro fumé, e por ela se ingressa no Boteco das Onze. Masmorra, postigo, palavras tão antigas quantos as paredes, de mais de meio metro de espessura, e a enxerga onde, exausto, desabei e não consegui dormir à noite inteira, preso às tensões daquele dia extraordinário. De manhã fui conduzido ao banheiro, que ficava no pátio entre o casarão e o rio,



por um recruta que, com o fuzil cruzado no peito, marchava atrás de mim, perigosíssimo subversivo. A latrina, [...] uma plataforma no chão com dois apoios para os pés [...]. Na tarde daquele mesmo dia, já numa cela e numa cama menos sombrias, fui acordado, lembro-me que com uma voz cuidadosa e amigável, pelo tenente-coronel Jarbas Passarinho (NUNES et al, 2004, p. 26-27).

Além da identificação dos espaços, podemos analisar na narrativa de Galvão alguns momentos repressão. O fato de não ter conseguido dormir em um espaço de controle, a intimidação causada pelo acompanhamento do soldado portado de um fuzil, o constrangimento ao ir ao banheiro, apesar de ter uma certa privacidade com a existência da porta, mas com o guarda posicionado em sua frente. Além disso, demonstra uma mudança de cela que provavelmente é o compartimento de nº 25 da figura 2.

Já para Paes Loureiro:

E a prisão que nós sofremos várias vezes lá nessas circunstâncias [...] pessoas com quem eu mais convivi lá, na mesma cela [...]. Era o Jinkings, o Ruy Barata, o Benedito Monteiro [...] ficávamos alguns dias e depois soltavam. E era uma cela pequena com aquelas coisas dos sanitários mau arrumados e era sempre ali. Essa cela ficava logo na frente, quando você entra na hoje chamada Onze Janelas, do lado esquerdo, onde é o restaurante. Tanto que eu não gosto. Eu fui uma vez no restaurante e não gostei, me senti desconfortável e nunca vou lá. [...] tinha divisórias (as celas), que era digamos, menos do que no meio. Tinha a cela e quebraram a parede, claro. E tinham outras coisas que eu não sei o que eram. Tanto que era uma prisão para poucas pessoas, era uma prisão quase interna, que se tornou uma prisão pública de subversivos (Entrevista com Paes Loureiro em 04/10/2022).

Percebemos a partir de Paes Loureiro as condições da cela em que ficou sendo compartilhada com outros presos, um ambiente desorganizado e pequeno para a quantidade de pessoas existentes nas celas, além de comprovar que foi readaptada com a quebra da parede. Ele também menciona a existência de “celas com sanitários maus arrumados”, demonstrando que ali na mesma cela também coexistiam os sanitários. Depois de anos, mesmo com a transformação do espaço (figura 3), ainda provoca incômodos por trazerem lembranças dolorosas, memórias que são vivas apesar de ocultadas do espaço.



Figura 3: Atual restaurante Casa Saulo das Onze Janelas.



Foto: Beatriz Lino em 11/12/2022.

Seráfico também menciona um pouco de sua rotina na edificação onde localizamos alguns espaços, identificamos informações sobre a comunicação com outros presos e soldados, alimentação, e etc.

Embora nós estivéssemos presos incomunicáveis, que o primeiro mês era incomunicável, nos deram o tratamento devido a oficiais da reserva, e nós dois havíamos saído na mesma turma do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), eu e Pedro Galvão. E nos puseram em salas contíguas [...] uma dava porta para um rol a outra também. Elas desembocavam num rol. Não tinha porta, a porta era toda aberta, tinha cama, tinha mesa para a gente escrever e um soldado tomando conta de nós. Se nós queríamos ir ao sanitário o soldado descia conosco e se punha na porta com a baioneta embalada na porta para que nós satisfizéssemos nossas necessidades. Nós almoçávamos no local em que os oficiais almoçavam, só que depois deles, os oficiais almoçavam e depois chamavam os presos para almoçar (FONTES, 2015, p. 13).

De acordo com o relato acima, José Seráfico e Pedro Galvão estavam sempre acompanhados por um soldado responsável pela vigia. Segundo ele, realizavam um trajeto que a partir da planta da figura 2, possivelmente seguia pelo compartimento número 30 (pavimento superior) depois pela varanda e escada (números 27 e 20 – pavimento superior) a partir daí adentravam na varanda do pavimento inferior (número 15) seguindo ou pelo compartimento número 12 ou pelo número 13, chegando ao banheiro que é o número 14. Também relata sobre um local apropriado para as refeições identificado na planta da figura 1 pela sala do refeitório no pavimento inferior (número 19). No texto, Seráfico menciona presos, no plural, o que pode significar que as refeições eram realizadas junto com outros presos, mas não se sabe se eram todos ou se havia um controle da quantidade ou da existência de alguma regra/padrão para a refeição deles.



Figura 4: Refeitório da 5ª Companhia de Guardas.



Fonte: Fernandes (2006).

Entre palavras escritas e faladas: repressão. Afeto e resistência

O período da ditadura militar foi marcado pela violação de direitos humanos e muita violência como pode ser visto em muitos estudos já publicados. Além da dor, identificamos nas entrevistas acessadas algumas materialidades como cartas, livros, agenda, palavras-cruzadas e corveta, e vivências como as rodas de conversa e enfrentamentos, que remetem afetos para além da repressão e resistência. Observamos no relato de Pedro Galvão os sentimentos contraditórios vividos na prisão.

E aí foram cinquenta e tantos dias de angústia e de delícia. De angústia: pela prisão, pelos temores de violência que ela desencadeava dentro de mim, pelas incertezas quanto ao meu pequeno destino em meio ao destino do país. De delícia: naquela cela improvisada no que antes era um ambulatório, com a cruz vermelha pintada no vidro branco da porta, eu li os grandes romances do Machado, reli o Drummond e o Bandeira até então, e todo o Hemingway. Ler preso o “Adeus às armas”, vibrando com os que lutavam pela liberdade na guerra civil espanhola, era uma forra, uma compensação emocional para o meu estado de espírito. Eles, os meus carcereiros, nem desconfiavam dessas minhas aventuras, dessas fugas subversivas, ali, bem debaixo dos seus narizes. Hoje naquela sala ficam os sanitários do espaço de exposições no andar de cima da Casa das Onze Janelas. Se você parar na porta e olhar para trás, à esquerda está o cômodo que serviu de prisão ao meu amigo José Seráfico de Carvalho (NUNES et al, 2004, p. 29).



Galvão demonstra momentos de angústia que podemos caracterizar de repressão por sentir medo do que poderia acontecer consigo durante um período em que muitos se sentiam vulneráveis e impotentes diante das diversas crueldades cometidas pelo governo, de se sentir só. Pedro Galvão, por ser um oficial de reserva, diferentemente de Paes Loureiro que dividiu a cela com outros presos onde mal cabiam todos, ficou isolado em uma cela que detinha certos atributos que outros presos não tinham, como acesso a livros, por exemplo, mas que ainda assim a solidão tornava os seus dias pesados. Também comenta sobre momentos de delícia que analisamos como forma de resistência, a exemplo da leitura subversiva no espaço de controle e que isso lhe deu um ar de esperança. É possível localizar a cela onde José Seráfico permaneceu preso segundo o relato acima. O local seria onde é hoje a sala de exposições Gratuliano Bibas que durante a reforma foram derrubadas as divisórias que existiam.

José Seráfico³ foi preso pela primeira vez no dia 07 de abril de 1964 por dois meses. Ele descreve os primeiros dias de prisão como “enriquecedores” e “educativos”, isso porque durante uns dias criava-se uma “rodinha” entre ele, Pedro Galvão e um dos soldados para conversarem:

Os soldados vinham e conversaram conosco e daqui a pouco havia uma rodinha de três, eu, Pedro Galvão e ele, a bater papo e tal aí a gente levava o tempo assim. Foi o tempo em que eu me tornei especialista em palavras-cruzadas, foi o tempo em que eu pude ler alguns dos livros da bíblia e que reforçaram o meu agnosticismo, não é? (FONTES, 2015, p. 13-14).

As rodas de conversas, citadas acima por Seráfico, podem ser compreendidas como um ato de resistência aos isolamentos utilizados para desestabilizar os presos, bem como para a importância dos afetos nesses contextos. Destacamos também outras materialidades acessadas para os presos oficiais: livros e palavras-cruzadas.

Um fato importante mencionado por José Seráfico são as visitas que podia receber dentro do prédio. Depois de um mês preso, Seráfico passou a receber visita dos pais, não se recorda se era uma ou duas vezes na semana (FONTES, 2015). Fato que indica mais uma diferenciação entre os presos civis e os presos oficiais de reserva.

Outra narrativa contida no repositório da UFPA é a de Aluízio Lins Leal que era estudante do curso de Matemática da Universidade do Pará. Foi preso em meados de agosto de 1966, por um mês.

³ Entrevista com José Da Silva Seráfico de Assis Carvalho, estudante do curso de Direito da época, obtida por meio do link disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1334>.



...me levaram para a Quinta Companhia de Guardas... quando eu cheguei lá, já estava o velho Ruy Barata lá. Depois, eu vi começar a chegar uma porção de gente. Vi chegar o Sá Pereira, vi chegar o Jinkings, vi chegar o Dantinha. E a minha cela lá, estava o velho Ruy Barata, estava o Bené Monteiro. Estavam os dois filhos do então desembargador Agnano Monteiro Lopes, que eram o Carlos Jurandir Monteiro Lopes e o Rodrigo Ataro[?] Monteiro Lopes. E tinha gente lá que eu acho que eles escolheram por partido. Tanto que depois no IPM que eu respondi, eu fui acusado de ser da linha chinesa, enquanto que os outros eram da linha russa. Curiosamente, eles separaram o pessoal. Quem tinha curso universitário foi para uma cela, quem não tinha foi para outra. O comandante da Quinta Companhia de Guardas era o Major Douglas Faria de Sousa, e o subcomandante era o Capitão Luiz Gonzaga de Britto Nobre (FONTES, 2014, p. 4, 5 e 7).

Aluizio conta acima um pouco de como foi realizada sua prisão e de alguns procedimentos que eram realizados. Em sua entrevista⁴ conta que foi pego de surpresa pelos militares no meio da rua. Não estava foragido e nem participando de algum evento. Estava só. Também confirma a existência de outros presos na 5ª Companhia, estudantes e pessoas vinculadas a partidos políticos. Ao chegar ao prédio eles precisavam responder a um Inquérito Policial Militar – IMP. Segundo ele existia uma classificação dos presos vinculados ao partido PCB – Partido Comunista Brasileiro, chamados de linha soviética e os demais como linha chinesa e que ainda existiam celas separadas de acordo o grau de ensino. Ele também menciona, assim como Seráfico, que existiam sessões de conversas entre eles:

Numa das nossas sessões de ócio lá, eu estava junto da porta da cela, bem junto, e o velho Ruy começa a dizer por que cada um de nós tinha sido preso. Aí, ele aponta o Dutra e diz: “Esse aí está preso porque está imitando o Castelo Branco.” Porque ele não tinha pescoço. Foi uma gargalhada geral, e eu também dei uma gargalhada enorme, mas eu estava perto da porta e junto da porta tinha um sargento. E aí, o sargento quis me dar uma dura com aquela imbecil daquela disciplina militar. E eu fiz uma coisa que é impensável, completamente impensável, por um prisioneiro político num lugar daquele. Eu mandei o sargento tomar. Esse sargento ficou alucinado, ele corria guinchando pelos corredores. Se ele estivesse sozinho comigo, provavelmente ele teria tomado uma atitude daquelas bem bravas em relação a mim, até me dado um tiro, sei lá. Mas como tinha toda uma plateia assistindo à coisa, ele saiu guinchando pedindo uma punição para aquele insubordinado subversivo etc. E quando eu vi, chega o subcomandante, que era o Capitão Luiz Gonzaga de Britto Nobre, procurando saber o que era que tinha acontecido. E eu fiquei de pé na frente dele, olhando para ele, sem dizer uma palavra. Fiquei olhando, encarando ele e fez repetir três vezes a pergunta. Como ninguém respondeu, ele pegou, se virou e foi embora (FONTES, 2014, p. 7).

⁴ Entrevista disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>.



O ato de conversar entre si e dar risadas são utilizados como forma de distração e de resistir. Paes Loureiro também menciona brevemente em sua entrevista sobre este ato de rodas de conversas, cada uma abordando um tema que lhe fosse de seu agrado para passar o tempo. Interessante também notar o silêncio de todos perante o capitão que pode ser compreendido como mais um ato de resistência, de não denunciar o colega de cela.

Durante a prisão, houve momentos de trocas de cartas entre eles e suas famílias e amigos, segundo Galvão:

Estávamos formalmente incomunicáveis. Depois nos foi permitido trocar correspondência com a família e até com amigos, embora as cartas passassem pelo crivo da censura. Recebi cartas da minha namorada, bilhetes comovidíssimos de minha mãe e uma pequena e maravilhosa carta em que meu pai me contava a noite mais solitária de sua vida, (...). Outra memorável quebra da incomunicabilidade foram os dias que o advogado Itair Silva (...) passou em minha cela. Não havia espaço disponível no quartel e, assim, colocaram mais uma cama e o alojaram no meu ambulatório. Uma semana apenas, mas uma semana de longos papos fraternos em que ficamos nos conhecendo e nos tornamos amigos (NUNES et al, 2004, p.29-30).

Pedro Galvão fala sobre a importância da comunicação, em momento de compartilhamento da cela com outro preso e dos afetos ao receber as cartas da mãe e do pai. Destacamos ainda mais um tratamento diferencial entre os tipos de preso, enquanto Galvão tinha acesso às cartas, mesmo que passando pela censura, os presos civis contavam com o envio de cartas clandestinas:

Tem uma coisa que ameniza para mim aquele lugar (...). Esse canto da cela que tô falando tem uma grade e essa grade se vê a rua e tem uma mangueira bem de esquina, não havia essa quantidade de barracas e tudo mais. Muitas vezes eu via a Violeta e ia até lá na praça, ficava olhando, mas sem saber onde eu estava mas sabia que eu estava por ali. Até que começou a dar plantão na portaria, uma pessoa que estava fazendo serviço militar, aquilo que é obrigatório você fazer (...), de repente nós olhamos pra porta tinha um conhecido nosso, Vicente Cecim, aquele romancista (...) demos um jeito de falar com ele. Escrevi um bilhete, uma hora que não tinha ninguém por perto, ele se encostou na grade e coloquei no bolso da farda dele (...), para entregar a Violeta para dizer onde estou. Esperou uma oportunidade de ela aparecer fez um sinal e ele entregou pra ela e a partir daí ela trazia bilhetes pra mim, fazia a mesma coisa, passava ali na frente e entregava pra ele discretamente (...). Ele passou a ser o nosso pombo correio. Assobiava a marselhesa que era pra gente logo pegar o material que tinha escrito porque ele ia encostar ali e lá a gente colocava no bolso e ele levava. Um dia ela fez sinal, chamou o Cecim, mandou bilhete para mim “olha, seguinte não sei como vamos fazer, mas eu tô grávida” aí eu disse pra ela o seguinte “olha, não se preocupe a gente vai casar” (Entrevista com Paes Loureiro em 04 de outubro de 2022).



Figura 5: Fachada do prédio Casa das Onze Janelas. Foto tomada por volta dos anos 1940, por Robert Smith. As setas indicam as possíveis janelas indicadas por Paes Loureiro, respectivamente os compartimentos de números 05 e 03 da Figura 1.



Fonte: Fernandes (2006).

Este relato de Paes Loureiro demonstra o afeto e a resistência dentro do próprio prédio de controle quando um dos soldados se solidariza e passa a entregar as cartas para eles. A identificação de um tipo específico de assobio para avisar que ele estava passando para recolher as cartas. As conversas com sua namorada Violeta e o pedido de casamento, ainda durante a prisão por meio de cartas, remontam a momentos que suavizaram a rotina na prisão para Loureiro, o contato com alguém tão próximo, mesmo que distante, mostra a relevância do afeto enquanto resistência.

Uma das recordações de Pedro Galvão também mencionada no livro era uma agenda que levou consigo quando foi levado preso após a invasão da UAP. Segundo ele, nela havia anotações de seus movimentos na UAP, telefones e endereços de amigos, viagens e etc., por um instante teve receio de portar tal objeto. Anos depois afirma que “se alguma boa alma encontrar a minha agenda, velhinha de quarenta anos, num escaninho qualquer do quartel general, por favor mande reciclar” (NUNES et al, 2004, p. 26). Podemos perceber nesta citação a importância deste objeto, a agenda, como elemento marcante na memória, pelo medo que sentiu em portar tal item comum que poderia levar a prisão de várias outras pessoas.

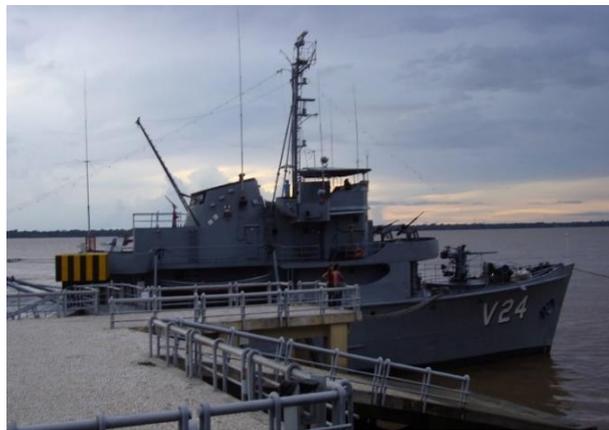
Outro fato relevante contado por Paes Loureiro aconteceu antes de sua prisão, quando ainda estava foragido. Os policiais foram na residência de seus pais, em Abaetetuba, no intuito de



encontrá-lo ou de encontrar pistas de seu paradeiro e objetos que poderiam acusá-lo. Além de realizar diversos interrogatórios com seus pais.

Noutras ocasiões, uma corveta da Marinha duas ou três vezes aportou na cidade e oficiais foram à casa de minha família atormentando-a cada vez mais, intimidando-a em busca de notícias minhas, revistando tudo e confiscando alguns livros da biblioteca, sob alegações ideológicas da censura então instalada no país (NUNES et al, 2004, p. 255).

Figura 6: Corveta atrelado a Casa das Onze.



Fonte: Sato (2011).

Figura 7: Entrevista realizada por Beatriz Lino com João Jesus de Paes Loureiro.



Foto: Marcela Andrade em 04/10/2022.



Fato que demonstra ato de repressão entre os familiares intimidando-os para saber o paradeiro de Paes Loureiro que estava escondido na casa de um familiar. Interessante apontar que a corveta, utilizada como meio de transporte pelos policiais, foi atrelada a Casa das Onze Janelas após a inauguração do projeto Feliz Lusitânia. Funcionava como um museu turístico, mas foi desativado. Na entrevista, Paes Loureiro relatou seu incômodo ao ver a corveta atracada, pois no passado era representada pelo medo e terror.

Paes Loureiro relata com bastante detalhe as suas vivências durante a ditadura militar, bem como a ausência de memória desse período na reforma ocorrida na atual Casa das Onze Janelas. A repressão sofrida por ele, torturas físicas e psicológicas, constrangimentos, e a indignação sobre a apagamento dessa memória pode ser observada em Cunha e Silveira (2009):

Até hoje eu tenho muito mal-estar, por exemplo, ali na famosa Casa das 11 Janelas, que foi transformado num lugar festivo, quando ali foi um lugar de prisões, de torturas, um lugar, digamos assim, um dos pólos de atuação da fase militar (...) mais duras e que isso ficou esquecido pela restauração do prédio, ficou completamente digamos assim, como passando uma borracha em cima. Não há um registro das pessoas que foram presas nos lugares e onde eram as celas que a gente ficava preso, e lá eu sofri torturas no sentido de tapas na cara e ameaças, de não deixar dormir à noite inteira, exatamente o lugar onde é o restaurante hoje. Ali quando a gente entra, naquela porta da esquerda era a porta das celas onde a gente ficava... os banheiros também, eram contíguos [...]. Então tudo isso, que é uma marca forte da história, ficou anulado ali e que um prédio com esta significação histórica foi transformado num prédio de puro lazer festivo para benefício de empresas particulares (CUNHA; SILVEIRA, 2009, p. 20-21).

A ditadura militar afetou não somente os presos políticos, mas também seus familiares, amigos. Os presos políticos sofreram ainda outros tipos de perseguição como a impossibilidade de Pedro Galvão e Paes Loureiro realizarem seus discursos como oradores de turma. Seráfico foi dispensado de seu emprego conquistado por meio de concurso público e Paes Loureiro não pode assumir concurso realizado (NUNES et al, 2004). A ditadura foi um momento histórico marcante de formas diferentes e que não deve ser esquecido.

Conclusão

Como podemos perceber o prédio da Casa das Onze Janelas passou por ao menos 3 modificações desde a sua construção original que serviu de residência de Domingos Bacelar no



século XVIII, passando pela mudança para abrigar o Hospital Militar, outras realizadas pelo próprio exército e por último o atual Espaço Cultural Casa das Onze Janelas.

Apesar de não haver nenhuma informação na edificação sobre o período da ditadura militar foi possível analisar algumas formas de uso dos espaços pelos militares e pelos presos, bem como identificar alguns espaços como celas, refeitório, banheiros a partir de relatos, das memórias de alguns presos. Percebemos através das plantas que a casa foi adaptada para a prisão, visto que nas descrições das salas não há informações de possíveis “celas”. Também não consta nas informações de reforma para o projeto Feliz Lusitânia que o prédio em determinado momento histórico serviu de prisão. Isto demonstra, de certa forma, uma tentativa de apagamento histórico.

A partir da análise da arqueologia da repressão e da resistência, das narrativas e das memórias compreendemos apenas uma parte dessa história identificando alguns espaços de repressão, os atos e vivências de resistências, materialidades de afeto, e memórias que fizeram parte da vida de muitas pessoas. As memórias dos indivíduos que viveram situações traumáticas dentro da Casa das Onze Janelas contribuíram com a construção do local, que não expõe sobre a memória desse período. Essas memórias também são vistas como resistências e afetos, mas foram escondidas.

Importante pontuar a contribuição do Estado com o desenvolvimento cultural do município, com a reforma e implementação de um museu de artes, que é de grande importância, mas não se pode negar também o apagamento da história dos indivíduos que foram presos nesse lugar e bem como a inexistência de um memorial que lembre esse período vivenciado por muitos. Essas características podem revelar o caráter do Estado e seu sistema capitalista ao transformar o prédio em um espaço de turismo e lazer, sendo possível se obter lucros a partir dele.

A importância de resgatar essas memórias e da construção de memoriais é de relevância para conhecimento das memórias, vivências nesse período. A existência desses espaços contribui para o pertencimento do indivíduo que vivenciou o trauma, diretamente ou indiretamente, como algo que não se pode esquecer. Por fim, entendemos que esse estudo é apenas o início sobre essa temática na Casa das Onze Janelas tendo ainda muito a ser pesquisado com base na arqueologia da repressão e da resistência, considerada um dos caminhos para mostrar o que foi esquecido ou apagado.



Referências bibliográficas

- BARETTA, Jocyane. Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção de memórias. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 8, n. 2[10], p. 76–89, 2014. DOI: 10.20396/rap.v8i2.8635640. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635640>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flavio. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, 2009. DOI: 10.22456/1984-1191.10076. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/10076>. Acesso em: 1 out. 2022.
- DERENJI, Jorge; SILVEIRA, Jussara. O período imperial e sua arquitetura. In: DERENJI, J.; SILVEIRA, J. **Igrejas, palácios e palacetes de Belém**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.
- DIAS, Kamila. Espaço Cultural: Casa das Onze Janelas. **BELÉM TUR**. Belém, 2021. Disponível em: <https://belemtur.belem.pa.gov.br/espaco-cultural-casa-das-onze-janelas/>.
- FERNANDES, Paulo (Org). **Feliz Lusitânia: Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da rua Padre Champagnat**. Belém: Secult, 2006.
- FONTES, Edilza. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo. (46min e 44seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1334>>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- FONTES, Edilza. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo. (46min e 44seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1334>>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- FUNARI, Pedro; ZARANKIN, Andrés. Ditadura, Direitos Humanos e Arqueologia. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 69, n. 2, p. 110-136, jul. 2021. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/79790>>. Acesso em: 08 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v69i2.79790>.
- FUNARI, Pedro; ZARANKIN, Andrés; REIS, José. **Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- NUNES, André. et al. **1964 – Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará**. Belém, PA: Ed. dos autores, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>.
- SOARES, Inês; FUNARI, Pedro. Arqueologia da resistência e direitos humanos. **Evocati Revista**, v. 2014, p. 1-7, 2014.
- SOUSA, Priscila. Memória, objetos e edifícios uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o Deops/SP. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 8, n. 2[10], p. 177–194, 2015. DOI: 10.20396/rap.v8i2.8635656. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635656>. Acesso em: 9 nov. 2022.



ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura: another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento, (supl.3), 119-128, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113463>